

CONCEITOS MARXISTAS PARA A METODOLOGIA GEOGRÁFICA. NUTRINDO A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.

Área temática: Teoria, história e metodologia da Geografia.

Autor: Prof. Me. Pablo Martin Bender.

Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: pablomartinbender@gmail.com

Resumo:

Este artigo procura selecionar e desenvolver conceitos marxistas que, consideramos, contêm uma carga espacial significativa e que por esta razão poderiam ajudar a desenvolver com maior facilidade e profundidade teórica estudos relacionados à Geografia Crítica e Radical, sobre tudo, a aqueles ligados à categoria de *formação sócio-espacial* de Milton Santos, herdeira da categoria de *formação econômica e social* de Marx.

Para começar, partiremos do conceito de *trabalho* por ser este a força com a qual o homem interage e modifica a natureza com a finalidade de satisfazer suas necessidades materiais e espirituais ao tempo em que também ele mesmo é transformado nesta ação criadora de via dupla. Consideramos que este conceito é de fundamental importância para a Geografia não só por ser mediador entre as interações sinaladas (homem - natureza) senão também por ser este a única força capaz de criar *valor*.

Ligado a isto, veremos posteriormente as formas pelas quais o trabalho excedente pode ser expropriado, partindo da análise do conceito de *relação social de produção*, utilizando os aportes de Maurice Dobb e Kohashiro Takahashi. Achamos pertinente definir e clarificar este conceito porque consideramos que ele é chave para definir o grau de evolução e desenvolvimento de uma formação sócio-espacial e para entender os conceitos muitas vezes nebulosos de capitalismo, feudalismo e formas pré-capitalistas de produção.

Outra das categorias com forte carga espacial que podem nos ajudar a entender as formações sócio-espaciais e os processos de acumulação que nelas se realizam, é a análise das *vias de desenvolvimento do capitalismo no campo* trabalhadas por Marx, Engels e Lenin. Nossa intenção é retomar o interesse da Geografia pelas *vias* e avaliar sua importância na evolução e impacto sobre o desenvolvimento das forças econômicas e sociais nos territórios.

Para finalizar, não podemos deixar de destacar e explicar a que seja talvez a teoria da localização espacial de Marx por excelência, estou me referindo à *teoria da renda da terra*, desenvolvida no livro terceiro do Capital.

Palavras chaves: conceitos marxistas para a Geografia, formação sócio-espacial, trabalho, renda da terra.

Formação sócio-espacial: o estudo do concreto a partir de leis gerais.

O conceito marxista de modo de produção procura entender e analisar as leis econômicas e sociais gerais e homogêneas que uma sociedade desenvolve para produzir e reproduzir seus meios de existência. Ligado a este conceito geral e abstrato, entendemos que a expressão “formação sócio espacial” de Milton Santos (1979), tem inspirado uma escola de pensamento geográfico crítico que intenta entender como aquelas leis gerais advindas do pensamento marxista, permitem entender uma sociedade particular, complexa, “impura” e concreta, desde uma perspectiva geográfica. Neste sentido Milton Santos afirma:

“Aqui a distinção entre modo de produção e formação social aparece como necessidade metodológica. O modo de produção seria o “gênero” cujas formações sociais seriam as “espécies”. O modo de produção seria apenas uma possibilidade e somente a formação econômica e social seria possibilidade realizada. (op. cit, p: 79).

Neste sentido, o estudo de uma formação sócio-espacial é fundamentalmente um estudo empírico que utiliza em sua análise conceitos e teorias mais ou menos gerais, advindas do corpus teórico de Marx, e das diferentes escolas que surgiram do paradigma a ele ligado. Entendemos assim ao modo de produção como uma abstração, em quanto que a formação sócio-espacial é a concretização da abstração no espaço. Nas páginas seguintes vamos desenvolver alguns dos conceitos marxistas que acreditamos possam ter um potencial componente espacial.

O conceito de trabalho em Geografia.

Achamos conveniente começar por este conceito pois, como sabemos, durante toda sua existência, os homens tem desenvolvido atividades tendentes a lograr a satisfação das suas necessidades materiais e espirituais, começando pelas mais elementares até chegar até as profundamente complexas. A arte de produzir é a condição necessária para a vida das sociedades, ela se logra quando os trabalhos e técnicas individuais interagem dialeticamente com a natureza formando uma sinergia, mais ou menos dinâmica, segundo cada formação sócio-espacial.

Este é o enfoque exposto por Marx ao qual aderimos, porque pensamos o trabalho e a produção em geral como instrumentos de mediação entre a natureza e homem, aproximandonos ao enfoque clássico da Geografia (muito ligada ao estudo das relações entre natureza e homem) mas desde uma perspectiva crítica. Sobre esta relação o homem constrói o espaço e em torno dela giram os conflitos sociais e as maneiras de interpretam-nos o mundo.

Os Grundrisses são uma recopilação de anotações de Karl Marx, completadas entre 1857 e 1858 e publicadas postumamente em 1941, e são consideradas como os principais rascunhos de O Capital. Uma das particularidades dos grundrisses é a de esclarecer sobre o método de análise utilizado e desenvolvido por Marx: o materialismo histórico. Ele demonstra que para entender o desenvolvimento das sociedades, seus conflitos e o modo em que os homens criam sua subjetividade, devemos partir da análise da primeira e necessária função que as sociedades devem desenvolver para sobreviver: trabalhar e transformar a natureza para produzir:

“Indivíduos produzindo em sociedade - por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada”. (Marx, 2011, p: 39). “A indústria é a

relação histórica concreta com a natureza, e, portanto, da ciência natural com o homem” (op. cit, p: 130).

Para Marx, a natureza existe independentemente, e só manifesta suas qualidades e ganha significado social através de uma relação transformadora com o trabalho humano. Desta maneira, podemos dizer que existe uma relação dialética entre trabalho e natureza. Desde seu nascimento como homem individual e ser social, a natureza se lhe apresenta como uma força estranha, externa, alheia. O homem não é um ser autótrofo nem um animal, sua luta por dominar os elementos naturais é incessante. Por outro lado, esta natureza a priori hostil e objetiva é “domesticada”, negada e subjetivada mediante o trabalho, gerando como antíteses as condições de existência que possibilitem a vida social na terra. Aliás, a partir do trabalho aplicado à transformação da natureza os homens passam de uma existência meramente biológica a uma existência social.

Exposto isto, acreditamos que o estudo do resultado da síntese dialética entre natureza e homem é um dos objetos de estudo da Geografia, sobretudo daquelas correntes que pretendam estar inspiradas ou ligadas à teoria marxista. Mediante o trabalho, se lhe imprime, como escreveu Marx, “forma útil à vida humana”. Que outra coisa é a Geografia senão, *pelo menos em última instância*, o estudo das formas úteis à vida humana impressas na natureza?

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”. (1988, p: 202).

Trabalho: ação sobre a natureza que cria valor.

Sobre a capacidade do trabalho de criar valor vamos desenvolver dois conceitos muito importantes da teoria marxista que achamos convenientes analisar sobre este tema. Por um lado, o valor de uso, materializado a partir trabalho concreto do ser humano, destinado a satisfazer suas necessidades físicas e espirituais. Por outro, no capitalismo, o trabalho está relacionado primeiramente à produção de valores de troca. Desta maneira, os valores de troca tem a particularidade de ter sido produzidos sob o impulso e estímulo primeiro de obter mais-valia e não de satisfazer as necessidades sociais e biológicas do ser humano.

É motivado pelo trabalho que gera valor de troca, que os trabalhos concretos, particulares e heterogêneos se tornam abstratos, sociais e homogêneos. No mercado o trabalho privado se revela como social. Neste sentido, o espaço, sendo um meio necessário à produção, também se valoriza em função do trabalho em ele contido e em relação também aos restantes espaços que a ele estão relacionados. Aliás, o espaço geográfico é um elemento constitutivo de todo tipo de produção.

Aprofundando-se na teoria marxista sobre o valor, a pergunta que surge é: qual é a medida do valor? O que permite que uma quantidade X de mercadoria A equivalha a uma quantidade Y de

mercadoria B? Isto, segundo Marx, quando analisa no Capítulo I do Capital a mercadoria, é algo que não depende do caráter do valor de uso nem dos trabalhos particulares com as que foram produzidas. O que faz possível a equivalência é que ambas contêm a mesma quantidade de “trabalho humano abstrato” materializado. Marx nos diz que a fonte do valor das mercadorias é trabalho socialmente necessário para sua produção, sendo a magnitude do valor determinada pela quantidade média (duração) deste trabalho. Por sua vez, o trabalho socialmente necessário é determinado pela técnica média da sociedade, pelos costumes e qualidades do trabalhador médio, entre outras.

Espaço e relações sociais de produção:

Quais são as formas que o trabalho pode adotar em função da vida social e como estas configuram o espaço?

O trabalho que permite a produção e reprodução do homem em sociedade, adquire formas particulares independentes da vontade dos agentes produtivos e que variam segundo seja o estado de evolução das forças produtivas. Neste sentido, Marx afirma na *Contribuição para a Crítica da Economia Política* que:

“(...) na produção social de sua vida, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas materiais.” (Marx, 530, 1982).

Assim, os homens estabelecem relações entre eles a fim de conseguir seus meios de vida e, ao mesmo tempo, condicionam as relações que se estabelecem fora da produção, na esfera da superestrutura jurídica, política e cultural: são as chamadas *relações sociais de produção*. Nas sociedades classistas, existe sempre uma relação de exploração entre o trabalhador direto que produz excedente e quem se apropria desse excedente, além de existir uma relação particular de propriedade com os meios de produção segundo seja o modo de produção. Uma formação sócio-espacial, sua geografia econômica, estará determinada pelo tipo de relações de produção que em elas se estabeleçam. No desenvolvimento histórico das sociedades, achamos três modos de produção baseados na exploração do trabalhador direto: escravista, feudal e capitalista.

Desde uma perspectiva geográfica, achamos interessante abordar o conceito de relações sociais de produção porque estas definem a estrutura econômica e o grau de desenvolvimento e distribuição da riqueza numa área geográfica. Se bem que no modo de produção capitalista encontramos a proeminência de relações de produção medidas por um salário, também podem conviver com estas outras. Estas “áreas” subordinadas mais ou menos desenvolvidas apresentam uma estrita ligação com as relações de produção dominantes e geralmente têm uma delimitação espacial bastante precisa, por isso nos interessam particularmente.

Para exemplificar, podemos sinalar o trabalho publicado no EGAL 2011 por Bender e Campos, onde são analisadas com marcados limites geográficos as particularidades das relações de produção pré-capitalistas que foram impostas por grandes madeireiras de capital transacional, já bem avançado o século XX, nas áreas do norte de Santa Fé (Argentina) e na parte septentrional do planalto catarinense (Brasil). O limite geográfico destas áreas “semi-feudais” coincidia com o limite natural dos bosques ocupados pelas empresas. Elas apresentam ainda hoje os indicadores mais baixos de desenvolvimento

econômico de suas respectivas províncias, pois a transição para formas econômicas mais evoluídas ainda estão em um lento andamento. O atraso econômico destas foi explicado a partir de uma análise histórica das relações de produção nelas contidas entre as empresas, os lenhadores e os meios de produção (árvores, machados, terra, moradia, etc).

Nos interessa particularmente resgatar aqui o conceito de relação de produção feudal desenvolvido por Dobb e Takahashi, por ser este tipo de relações as que podem caracterizar áreas atrasadas ou de transição freqüentes na América Latina, naquelas regiões onde ainda domina o grande latifúndio. Para Takahashi, uma das particularidades presentes no feudalismo e que podem defini-lo é que a extração do trabalho excedente se dá por uma mediação *não econômica*:

(...) como os produtores imediatos aparecem combinados com os meios de produção, e portanto a força de trabalho não pode tomar a forma de mercadoria, a apropriação do trabalho excedente pelos senhores feudais ocorre diretamente, pela coação não-econômica, sem a mediação das leis econômicas da troca de mercadorias. (Takahashi, 2004: 90).

Assim, o modo de produção feudal é definido e caracterizado pelas formas de extração do produto do trabalho excedente sob coação não-econômica, mas onde os produtores diretos ainda possuem certos direitos sobre os meios de produção, como por exemplo direito para criar animais para auto-consumo, lavrar uma parcela de terra, dispor de lenha no bosques, caçar animais..., nas terras do senhor, em troca de “favores” o trabalhos a prestar. Nesta mesma linha de análise a servidão é segundo Dobb:

(...) uma obrigação imposta ao produtor pela força e independente da sua vontade, para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie. (...) Essa força coercitiva pode ser a militar, possuída pelo superior feudal, a do costume apoiado por algum tipo de procedimento jurídico ou a força da lei (1987, p. 44 e 45).

Nos casos estudados por Bender e Campos (op. cit), as empresas que comandavam o processo de produção impunham relações de produção pré-capitalista super-exploratórias a partir da coerção direta de grupos para-militares e mecanismos sistemáticos de endividamento.

As vias de desenvolvimento do capitalismo no campo:

Agora passaremos a analisar outra categoria marxista que também apresenta uma carga espacial bem marcada e que está ligada diretamente ao conceito de *relação social de produção*. Estamos nos referindo às *vias de desenvolvimento do capitalismo no campo*, entre as quais identificaremos a prussiana, a americana e a clássica. Estas vias analisam as novas relações de produção que vão surgindo no campo, deixando atrás, com maior ou menor ênfase e velocidade modos de produção feudal ou pré-capitalistas. O papel dos camponeses no desenvolvimento do capitalismo tem sido motivo de muitos debates que continuam ainda hoje. No pensamento marxista, esse debate tem como centro a questão de se os camponeses são uma classe social dentro do modo de produção capitalista, constituindo um modo de produção distinto e peculiar, com autonomia de manobra econômica própria (Chayanov, 1987), ou se, pelo contrário, representam uma classe de transição, correspondendo a vestígios de um modo de produção pré-capitalista que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas (Lenin, 1954).

Sem querer entrar neste debate, vamos expor um parágrafo que sintetiza de forma bastante clara as duas vias desenvolvidas por Lenin acerca da evolução agrária burguesa:

“A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês objetivamente possíveis chamaríamos de caminho de tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente numa fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo (...). No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários ou são liquidadas pela revolução, que confisca e fragmenta as glebas feudais” (op. cit., p: 33 e 34).

A primeira dessas vias, a prussiana, se caracteriza pela conciliação do moderno e o arcaico num proceso de “modernização conservadora”, como aconteceu na Argentina e também no Brasil. A classe latifundiária permanece no poder e participa do proceso de modernização, impondo sua marca de autoritarismo no proceso de desenvolvimento. Na “via americana”, à um proceso de independencia em relação às clases dominantes anteriores e os camponesses se transformam em grangeiros burgueses ou farmers. Assim se gera e fortalece rápidamente o mercado interno consumidor participando estes ativamente no proceso de modernização e acumulação. Sobre as relações de produção que se estabeleceram nas colonias inglesas em Estados Unidos Marx diz:

Nas colônias (...) o regime capitalista esbarra no obstáculo do produtor, que possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece com seu trabalho a si mesmo e não ao capitalista (1983; 884).

Diferentemente do acontecido no norte, no centro da província de Santa Fé, na Argentina, a meados do século XIX o latifundio foi dividido e as terras foram entregues a inmigrantes que as trabalharam, gerando uma forte classe média e rápido desenvolvimento industrial que se conservam até os dias de hoje. Neste sentido podemos resgatar este interessante parágrafo escrito em 1897 pelo viajero e escritor Edmundo De Amicis acerca das diferenças entre as relações de produção nas colônias argentinas de Santa Fé e as presentes na Italia:

“Allá (en Santa Fe), como habitantes de una región practicamente creada por ellos mismos, no tienen ninguna clase social por encima de ellos; aquí (en Italia) sienten sobre sus espaldas, por el contrario, todo el peso del edificio jerárquico de la sociedad antigua”. (Apud Gallo, 1984. p. 303).

Por outro lado, a via clásica do desenvolvimento do capitalismo no campo surge a partir da análise da experiencia inglesa, onde o grande proprietário fundiário arrenda suas terras para arrendatários que se encarregaram do investimento e da organização da produção. O campesinato inglês –freeholders- é violentamente expulso a partir do século XVII pela abolição do direito feudal, proceso descrito no capítulo XXIV do Capital. O proprietário terratenente, só se limita a receber rendas mas não exerce função nenhuma no proceso produtivo, convertendo-se numa classe altamente parasitária da sociedade capitalista. Na revolução inglesa, a burguesía entra em conflito com a nobreza mas sem entablar alianza com as clases subalternas do campesinato. Se bem é verdade que os “homens comuns” formaram parte nas lutas revolucionárias do século XVII ao lado da burguesía, os cercamentos continuaram durante e depois da revolução, sufocando os reclamos mais progresistas das

camadas populares. Diferente foi o acontecido na França, onde, aliados à burguesia, os camponeses tiveram um papel central na queda da Bastilha e o pequeno agricultor permaneceu como classe numerosa depois da revolução e até os dias atuais.

A teoria da renda da terra:

a. A renda diferencial.

Passemos agora à teoria da renda da terra, trabalhada por Marx no livro terceiro do *Capital* e também em *Teorias da mais valia*. Antes de continuar, temos que ter em consideração que Marx teorizou a renda da terra de uma estrutura agrária específica, a Inglaterra do século XIX. Nesta formação sócio espacial, como já foi exposto, os senhores da terra não eram capitalistas, senão uma espécie de terceira classe social totalmente parasitária que arrendava suas terras. Uma das conclusões de Marx era que na medida em que o acesso do capital à terra é limitado pela propriedade fundiária e o dualismo senhor-arrendatário, o desenvolvimento intensivo da agricultura fica obstruído. Mas por outro lado, nada impede a ocorrência de renda quando os proprietários da terra assumem o controle direto da produção, na procura de trabalho excedente. Neste caso, o capitalista proprietário recebe sua renda como um lucro extraordinário por encima do lucro médio.

Começamos dizendo que para Marx, a renda fundiária é a forma em que se valoriza economicamente a propriedade da terra, adquirindo assim sua produção uma forma econômica pura. Isto significa que através do mecanismo da renda, o capital deixa atrás os antigos privilégios políticos e sociais que a posse de terra dava aos senhores. Ligado a isto, toda renda da terra é mais valia, trabalho excedente expropriado por quem neste caso, monopoliza uma fração do espaço terrestre. Marx distingue três tipos de renda, a renda diferencial 1 (RD1), ligada à fertilidade do solo e à localização, a renda diferencial 2 (RD2), relacionada ao capital investido na produção agrícola; e a renda absoluta.

A renda diferencial está ligada a condições geográficas da terra, é dizer, condições naturais, de localização e desenvolvimento técnico. Na RD1, as diferenças de fertilidade e de localização fazem com que capitais idênticos investidos em superfícies iguais obtenham retornos diferentes quando aplicados no setor agrícola. Igual trabalho e capital investido em duas terras de igual tamanho mas de fertilidade desigual, produzirão resultados diferentes. A renda RD2 está vinculada ao grau de investimentos aplicados na produção (drenagens, maquinárias, fertilizantes, etc). Neste caso, o volume de produção é dependente do nível de capitais investidos e acesso ao crédito, acrescentando às desigualdades de fertilidade e localização, as desigualdades do capital investido entre os empresários do setor agrícola.

Toda renda diferencial é um excedente de retorno acima da taxa média de lucro que resulta da produção de um mesmo produto sobre terras de diferentes qualidades, localização e graus de investimentos¹. Gera-se um lucro extra nas melhores terras em função do preço do mercado ser determinado pelo preço de produção da terra de pior qualidade. Desta maneira, a terra com pior qualidade, localização e capitalização não gera renda diferencial mas sim, como veremos depois, renda absoluta.

Por outro lado, seria conveniente ampliar neste texto o conceito de renda diferencial 1 e ligá-lo também a outros fenômenos naturais que além da fertilidade afetam de maneira não homogênea a

¹ Na prática, fertilidade natural confunde-se com a fertilidade artificial advinda dos investimentos em fertilizantes e melhoras técnicas.

superfície da terra. Neste sentido também contribuem com a formação de renda as diferenças no clima, intensidade do sol, frequência das chuvas, relevo, altitude, temperatura, etc., todos estes elementos “afetam” com intensidades diversas a superfície da terra produzindo resultados desiguais inclusive em iguais superfícies e composição de capital. Aliás dos, poderíamos agregar à formação de renda aqueles saberes locais ligados à produção agrícola, a cultura alimentar regional, etc, que podem ser expropriados pelo capital através do trabalho excedente. É por isso que percebemos um crescente interesse em desenvolver denominações de origem para os produtos agrícolas. Os investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado também auxiliam no aumento da renda diferencial 1, assim como as diferenças espaciais na aplicação de impostos ou subsídios à produção.

Vimos que a renda diferencial é um superlucro acima da taxa média que está relacionada com a concorrência entre capitais dentro do setor agrícola. A particularidade que apresenta este setor se dá devido à possibilidade finita que tem os capitalistas agrícolas de poder monopolizar fenômenos naturais e sociais a partir da propriedade da terra, fenômeno que em primeira instância produz trabalho excedente (ou mais valia). Passemos agora a analisar a origem da renda absoluta.

b. A renda absoluta:

Dizemos que o pior solo cultivado não gera renda diferencial, mas por outro lado é necessário que o pior solo gere algum tipo de renda para serem eles colocados em produção. Quando o capital flui para a agricultura, é investido intensivamente (como no caso da renda diferencial 2) ou é investido em novas terras. Nesse último caso, uma renda absoluta deve ser paga sempre que existir a propriedade fundiária que não permite o livre uso da terra. Mesmo nos piores solos, a sociedade deverá pagá-la como condição da sua produção. Então, o primeiro fator que condiciona a renda absoluta é a existência do monopólio privado do solo.

Existe na formação da renda absoluta uma relação entre o preço de produção das mercadorias em geral e o valor do produto agrícola. Segundo Marx no capítulo XLV do *Capital*, a renda absoluta só pode corresponder, no máximo, à diferença entre o valor e o preço de produção. Ele supõe que o preço de mercado dos produtos advindos da agricultura estão acima do preço social de produção, e que essa diferença corresponde à renda absoluta.

Voltando ao conceito de *valor*, a existência da concorrência entre diferentes capitais estabelece a taxa média de lucro entre os setores produtivos, e converte os valores em preços médios. Mas o nível médio da taxa de lucro não determina os preços agrícolas senão as melhores terras ainda não cultivadas. Aliás, Marx supõe que na agricultura a extração da mais valia é maior que a média no setor industrial, e que por isso os preços são maiores nas mercadorias agrícolas com relação às industriais. É dizer, existe uma diferença na produtividade em favor da indústria se comparada com a agricultura, uma maior composição orgânica do capital na primeira e maior quantidade de mais valia na segunda.

A partir da relação entre o capital variável e o capital constante, o valor poderá diferenciar-se do preço de produção. Supondo que a composição orgânica do capital seja menor do que a composição do capital social médio, o valor da mercadoria desse ramo se situará acima do preço de produção. Por quê? A parte do capital variável sendo superior a constantes, ou seja, o gasto com trabalho vivo é superior ao trabalho morto, emprega-se maior quantidade de trabalho vivo, produzindo maior quantidade de trabalho excedente.

Todavia, se a composição orgânica de um determinado ramo de produção for superior à composição do capital social médio o valor dessa mercadoria situada abaixo do preço de produção em função da menor geração de mais-valia. Neste caso, ocorre maior proporção do capital constante, trabalho morto, em relação ao capital variável, trabalho vivo, fonte de criação de mais-valia. A fonte da renda absoluta é o remanescente do valor dos produtos agropecuários sobre o preço social de produção ou, o remanescente de mais-valia sobre o lucro médio.

A teoria da renda absoluta de Marx supõe que a composição orgânica do capital é maior nos setores industriais que na agricultura, porém esta afirmação não fica muito clara no seu texto. A renda surgida do monopólio da terra faz elevar os preços até um mínimo que permita sua cultura, esse preço mínimo é superior ao preço de produção social médio e constitui a renda absoluta.

Palavras finais:

Procuramos neste texto desenvolver teoricamente conceitos que achamos podem contribuir ao entendimento do espaço geográfico de uma perspectiva marxista, ligada ao materialismo histórico e a categoria de Formação Sócio-Espacial. Achamos que a vasta obra de Marx contém elementos espaciais significativos e que a Geografia é a ciência histórica do espaço.

Como vimos, a geografia pode ser entendida como a antítese resultante da relação dialética entre natureza e trabalho. A teoria da renda parece ter um conteúdo espacial significativo. Marx escreveu mais de 300 páginas só no *Capital* sobre a renda da terra, e se bem a *diferencial* é de fácil leitura e dificilmente questionável, na análise da *renda absoluta* as coisas não estão muito claras, talvez pelo próprio formato original do livro segundo e terceiro: manuscritos. Nós procuramos expor as idéias que acreditamos mais claras, pois a ciência exige como uma das suas condições, ser clara.

As relações sociais de produção e as correspondentes vias de desenvolvimento do capitalismo no campo permitem-nos entender a complexidade dos modos de produção que podem habitar um espaço, e o grau de desenvolvimento econômico e social.

Por último, com este trabalho referente a Marx e a geografia, quisemos fazer uma humilde homenagem à revolução marxista e leninista de Cuba e ao EGAL 2015.

Referencial bibliográfico:

BENDER, P. M., CAMPOS, N. J. Contextos diferentes realidades próximas: os casos de “La Forestal” (norte argentino) e da Lumber (sul brasileiro). Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-21

Disponível em:

[File:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Mis%20documentos/Downloads/2421-5556-1-SM%20\(1\).pdf](File:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Mis%20documentos/Downloads/2421-5556-1-SM%20(1).pdf). Acesso: 15-01-2015.

CHAYANOV, Alexander V.: Chayanov y la teoría de la economía campesina. Siglo XXI. México. 1987.

DOBB, M. “A evolução do Capitalismo.” 7º ed, trad. M. do R. Braga, RJ.: Guanabara, 1987.

GALLO, E. “La pampa gringa. La colonización agrícola en Santa Fe (1870-1895. 2º edic. Ed. Sudamericana. Buenos Aires. 1984.

HARNECKER, M. O Capital, conceitos fundamentais. Global editora. 1978.

DÉAK, C. Uma interpretação histórica da teoria da renda. Revista de Desenvolvimento Urbano e Regional 2(1):41-57 (1987); Sinopses 18:26-39 (1992). 1987.

Disponível em:

http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/87tr/index.html.

Acesso: 15-1-2015.

MARX, K., O Capital - Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Fronteira, volumes 1, 2 e 3, 1983.

-----Livro 1 - Parte I. Capítulo I. Mercadoria.

-----Livro 1 - Parte III. Capítulo VII. Processo de Trabalho e Processo de Produção de Mais valia.

Livro I. Cap. XXV. A teoria moderna da colonização.

Livro I. Cap. XXIV. A chamada acumulação Original.

Livro III. Cap. XXXVII a XLV. *Capítulos sobre a renda da terra.*

----- Contribuição para a Crítica da Economia Política. In Marx, Engels, Obras escolhidas, tomo I. Edições Avante. Lisboa. 1982.

----- Grundrisse. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

LÊNIN, V. I. “O Programa Agrário da Social Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907”. Cap. 5: “Dois tipos de evolução agrária burguesa”. Trad. Port.? RJ: Ed. Vitoria, 1954.